

*Discurso na audiência à delegação de  
Prefeitos participantes do VI Congresso  
Brasileiro de Municípios e solenidade de  
lançamento do Prêmio Governador Mário  
Covas para Prefeitos Empreendedores*

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 14 DE MARÇO DE 2001**

*Minha querida amiga Lila Covas; Senhores Ministros aqui presentes; Governador Geraldo Alckmin; Dona Maria Lúcia; Familiares do Governador Covas; Doutor Gasparini; Sérgio Moreira; Moreira Ferreira; Líder Artur Virgílio; Prefeitos; Representantes de associações e do Sebrae; Senhoras e Senhores,*

Já disse o Doutor Gasparini que é difícil juntar, numa cerimônia, uma homenagem, mais do que justa, ao Governador Mário Covas e responder a reivindicações. Mas ele disse que o Governador Mário Covas trabalharia e responderia mais duro que eu. Mas apoiaria. Apoiaria as reivindicações, na medida em que elas partem do pressuposto de que a Lei de Responsabilidade Fiscal é uma bíblia para todos nós, porque é a maneira pela qual vamos garantir o nosso futuro, garantir que o Brasil possa ter confiança de que o dinheiro público será bem gasto.

Naturalmente, os ajustes são sempre necessários em um processo dessa magnitude, e nós vamos olhar com atenção algumas das sugestões que estão, aí, trazidas pela associação, e sempre com esse mesmo espírito de chegar a um entendimento.

Antes de eu falar um pouco mais sobre o Governador Mário Covas, queria recordar que um outro companheiro nosso, o Governador Franco Montoro, tinha um lema. Nós todos nos recordamos bem dele, os que trabalhamos com ele, como é o caso do Governador Geraldo Alckmin e de muitos de nós aqui. Ele dizia que era necessário descentralizar, porque descentralizar era governar junto ao povo.

Então, a descentralização, o trabalho com o município é alguma coisa que em quase todos nós, que temos essa formação, é algo que é natural, que se impõe, porque é bom, porque é democrático, porque é justo.

Tenho a satisfação de lhes dizer que, desde 95, quando assumi o Governo, os recursos transferidos voluntariamente – não me refiro, aqui, aos Fundos de Participação –, recursos voluntários transferidos do Governo Federal para os governos municipais cresceram em 133%, de 4 bilhões de dólares para 9,1 bilhões de dólares.

Isso mostra que não são apenas palavras. O Governo está, efetivamente, apostando na descentralização, porque acredita na democracia e porque acredita no que aqui foi dito: que, com a descentralização, diminuem os desvios, a população local pode controlar, com mais facilidade, o uso dos bens públicos, pode reclamar, também. O prefeito é o primeiro a sofrer o embate da reclamação popular. Portanto, nós temos que continuar nesse caminho da descentralização.

No Governo Federal, hoje, uma boa parte dos recursos arrecadados e, de novo, não estou me referindo ao Fundo de Participação, mas arrecadados em geral, eles apenas passam pelo Tesouro Nacional e vão para os municípios e para os estados. Todos os recursos de educação? Todos, não. Uma parte fica no Governo Federal, por causa das universidades. Mas o que vai via Pronaf, o que vai via salário-educação, vai para os estados e vai para os municípios.

Da mesma maneira, nós implantamos o SUS, que era um sonho de todos aqueles que trabalhamos na Constituinte. Aqui, muitos de nós trabalhamos na Constituinte e o Sistema Único de Saúde era a grande bandeira. O Governador Alckmin, então, era deputado e se lembra disso. Ele é médico, além do mais. Era a nossa bandeira. Acabei de estar

com o Governador Almir Gabriel, que foi um dos relatores dessa matéria. Era a nossa bandeira, e o Mário Covas era o nosso líder.

E nós fizemos o Sistema Único de Saúde de tal maneira, que, hoje, não sei quantos bilhões vão diretamente para o SUS, mas não são menos de 10 bilhões. São 13 bilhões de reais. O Ministro Martus, que é quem solta ou não esses recursos – quem solta é ele, não é a Fazenda –, sabe disso. Isso vai diretamente para os estados e os municípios.

Acho justa a reivindicação que foi trazida de que, havendo gastos nos municípios, que são próprios do sistema estadual ou federal, eles devem ser ressarcidos. Prestei muita atenção aos exemplos que deu, todos eles estaduais, de modo que apoiei logo a reivindicação, porque não vi nenhum gasto federal que seja feito pelo município. Mas, se houver, acho que é justo que se examine.

Assim como não tenho dúvida nenhuma na questão da iluminação pública. A emenda constitucional, nós a mandamos para lá, ela terá o nosso apoio. Vamos lutar para que isso se concretize.

E também acredito que é possível discutir a questão do IPI para certos tipos de equipamentos. A associação poderia juntar-se ao Governo Federal e pedir que os estados liberem o ICMS. Uma vez que os estados liberem o ICMS, ou conjuntamente, nós estamos dispostos a enfrentar a questão do IPI.

De modo que me refiro, assim, de memória, a alguns tópicos, dos muitos que foram aí mencionados. Temos um *site* na Internet, chamado “Banco Federativo”, que é uma ajuda eficaz para os municípios, porque explica como é que eles podem se haver com essa complexidade da legislação atual.

Nós temos programas com – e os Senhores sabem disso, as Senhoras também – o BNDES, a Caixa Econômica, de assistência aos municípios. Estamos, agora, criando o que se chamam “agências de fomento” para, de alguma maneira, permitir aquilo que a lei, tal como ela está formulada hoje, não permite: um certo tipo de transferência de recursos, sobretudo porque não pode de entidade para entidade, da União para os municípios, e nós teremos um sistema para permitir essa dinamização de recursos. De modo que estamos caminhando nessa direção. E vamos examinar, já, o que será possível.

Mas eu, agora, queria dizer-lhes, também, que a inspiração nossa não é apenas no que foi dito aqui, do Governador Franco Montoro, mas, muito especificamente, do Governador Mário Covas.

Alguns aqui se lembram. Fui candidato a Prefeito de São Paulo, quando Mário Covas era Prefeito de São Paulo. Ele não pôde ser, por uma manobra, aqui, na Câmara Federal. Ele é que devia ser o candidato à reeleição, naquela ocasião. Não permitiram. E não havia outro jeito, lá fui eu. Eu era Senador, lá fui eu.

Pois bem, nunca vi um empenho tão grande, primeiro em me ajudar para que eu me elegesse. A Lila se lembra. Segundo, em conhecer a periferia, em saber o que que é Prefeitura ligada ao povo.

O Mário tinha um aparelhinho na mão – se lembra, Lila? – que ele usava. Ele marcava os passos que dava, para saber quantos passos por dia, na rua, tinha dado, caminhado, para saber da população. Na época, nós fazíamos mutirões de calçamento de rua. E o empenho dele era tal, em me fazer Prefeito, que me fazia pegar uma picareta e trabalhar, com mãos que estavam mais acostumadas à caneta. Mas não tinha escapatória.

Então, se há um exemplo de alguém que, como Prefeito, não apenas como Governador, mas como Prefeito, se dedicou de corpo e alma à sua cidade, que era a minha cidade, foi o Mário. Esse prêmio, que o Doutor Sérgio Moreira tão bem desenhou e mostrou o significado dele, agora acaba de repetir, é para premiar a capacidade empreendedora.

Então, é isso mesmo. Nós precisamos ter prefeitos com responsabilidade fiscal, mas que não se esqueçam de que têm que fazer algo para o povo, têm que empreender. E quaisquer que sejam os recursos disponíveis, sempre há alguma coisa a fazer. Sempre há alguma coisa que se pode inovar. Sempre há uma coisa simples, às vezes, mas que toca o coração da população. Sempre há um mecanismo pelo qual se pode buscar a cooperação, a parceria. Sem isso, nada funciona no mundo moderno.

Mário Covas foi o exemplo de tudo isso. O exemplo de uma pessoa que, com muita dificuldade, e eu fui testemunha e companheiro dele, nas dificuldades, na questão inicial, quando nós encontramos os governos numa situação muito difícil, por causa dos anos de inflação, que nós tínhamos começado a corrigir no Governo Itamar Franco, mas se tinha

que continuar avançando nela. O Mário Covas nunca hesitou. Ele nunca hesitou em tomar as decisões duras que fossem – e muitas eram duras – para repor São Paulo numa situação saudável, financeiramente falando.

E, ao fazer isso, nunca deixou de tomar medidas administrativas e medidas de construção, medidas nas outras áreas. Porque não se trata de primeiro colocar as finanças em ordem para, depois, fazer alguma coisa sensível ao povo. Não pode ser. Não é isso que nós fazemos. Nem o Mário fez, nem eu. Temos que, ao mesmo tempo, ir criando os mecanismos, os programas que permitam a esse povo perceber que, para algo servir, é preciso esse tremendo esforço que significa colocar financeiramente as coisas em ordem.

A consagração do Mário Covas, a que nós assistimos, é isso, quer dizer, ele fez. Não apenas foi um gestor correto, mas foi um homem que inspirou, que fez com que a população acreditasse que havia um caminho e que esse caminho era o da parceria e era o do desprendimento, no que diz respeito ao interesse pessoal, e mesmo partidário. Muitas vezes, é preciso passar por cima do interesse partidário para atender ao interesse da coletividade.

De modo que, Lila, fico muito satisfeito que você tenha podido estar aqui conosco. Desculpe chamá-la de você, porque fico sem jeito. Você também nunca me chamaria de outra maneira. E com o estilo de gente que nós somos, é você mesmo, que é como o povo se trata um ao outro. E é uma expressão do meu carinho por você, pelo Mário, pela família.

Fico muito feliz de nós termos podido juntar a voz dos prefeitos a esse estímulo que o Sebrae traz, com o Prêmio Governador Mário Covas.

Muito obrigado.